

As formas de tratamento no conto *O Paulão e o Paulinho*, de Plínio Marcos

(The treatment forms in the short story *O Paulão e o Paulinho*, by Plínio Marcos)

Maria Estela Maiello Modena

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

mariamodena@uol.com.br

Abstract: In this article, we aim to verify how the treatment forms used by the characters of the short story *O Paulão e o Paulinho*, by Plínio Marcos, highlight the social and linguistic reality of the interlocutors. As we are interested in the relation among treatment forms, *status* and social roles, we intend to analyze how the treatment forms point out to the tensions of the interaction situation presented in the short story. The analyzed interaction event, a disharmonious one, confirms that the way interlocutors make use of treatment forms can highlight, clearly, almost every movement and change in the interaction situation. The selected short story allows us additionally to confirming that literary texts can be a valuable source for studies on oral speech.

Keywords: treatment forms; status; social roles; Interaction Sociolinguistics.

Resumo: Neste artigo, temos como objetivo verificar em que medida as formas de tratamento empregadas pelas personagens do conto *O Paulão e o Paulinho*, de Plínio Marcos, traduzem a realidade linguística e social desses interlocutores. Especialmente atentos ao modo como os tratamentos empregados refletem os *status* e papéis sociais dos interlocutores, buscamos examinar de que maneira esses tratamentos evidenciam as tensões da situação de interação exemplificada no conto. Marcadamente conflituoso, o evento interacional analisado confirma que o uso que os interlocutores fazem das formas de tratamento pode traduzir, com muita clareza, praticamente todos os movimentos e mudanças operados no quadro interacional. O conto selecionado permite, também, a confirmação de que textos literários podem constituir uma valiosa fonte para estudos linguísticos que privilegiam elementos da língua oral.

Palavras-chave: formas de tratamento; *status*; papéis sociais; Sociolinguística Interacional.

1. Considerações iniciais

A linguagem é um dos mais significativos elementos que atuam na representação social do indivíduo. Ao falarmos, não apenas comunicamos fatos e acontecimentos do mundo, mas, sobretudo, concedemos informações a nosso respeito. Toda vez em que tomamos a palavra e assumimos a condição de falante, queiramos ou não, dizemos quem somos nós, revelando aspectos que compõem nossa personalidade, nossa identidade e/ou as representações que delas fazemos em função das posições que ocupamos na sociedade.

Mais do que um meio de comunicação, a linguagem é uma importante marca dos *status* e dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos. Cada posição que ocupamos exige de nós uma série de condutas, que devem ser respeitadas para que se chegue a um desempenho socialmente aceitável das funções que exercemos. Um indivíduo não pode falar a seu chefe do modo como fala a seu filho e, tampouco, pode falar a seus subordinados do modo como fala a sua esposa. Saber ajustar o uso da linguagem aos diferentes grupos e às diversas atividades sociais de que participa é, para qualquer indivíduo, um dos elementos mais essenciais ao êxito das relações interpessoais que desenvolve. Daí, nos últimos anos, terem ganhado destacada

importância os estudos que têm por base as relações entre *status*, papéis sociais e linguagem.

Em termos linguísticos, referentemente a essas relações, merecem consideração especial as formas de tratamento, cujo estudo nos permite verificar, por exemplo, “a maneira pela qual os interlocutores se tratam e o que pode significar na interação a escolha de uma forma em lugar de outras disponíveis no repertório linguístico” (PRETI, 2004, p. 184).

No presente artigo, pretendemos, assim, analisar as formas de tratamento empregadas pelos participantes de uma dada situação de interação, a saber: a interação de que participam as personagens do conto *O Paulão e o Paulinho*, de Plínio Marcos. Como estaremos atentos, sobretudo, às relações entre formas de tratamento, *status* e papéis sociais, nosso objetivo primeiro será verificar em que medida os tratamentos empregados refletem, ou não, os papéis das personagens e de que modo esses tratamentos traduzem as tensões da situação de interação exemplificada no conto selecionado.

A opção pelo texto literário em detrimento do uso de textos obtidos por meio de gravações magnéticas deve-se, primeiramente, à dificuldade de se obter tais gravações. Depois, pesam em favor dos textos literários importantes argumentos.

As linguistas americanas Tannen e Lakoff, habituadas a trabalhar com gravações magnéticas de conversações espontâneas, revelam serem frequentes, em tais gravações, a falta de naturalidade e a dificuldade de compreensão. Afirmam, ainda, que “comparada com o diálogo em uma peça ou em um romance, a conversação natural nos atinge com o que não esperamos, não operando por um padrão preconcebido” (1994, p. 139). Assim, para elas, o diálogo de ficção pode “representar um modelo ou um esquema interiorizado para a produção da conversação — um modelo de competência a que falantes têm acesso” (1994, p. 139).¹

É evidente que a escrita não pode ser considerada como uma “representação absoluta e fiel da fala”. No máximo, pode-se, por meio da palavra escrita, conseguir “fazer chegar ao leitor a ilusão de uma realidade oral” (cf. PRETI, 2004, p. 126). Acreditamos, porém, que os modelos conversacionais interiorizados por escritores e apresentados por meio das falas de suas personagens podem revelar-nos, mesmo que de modo imperfeito, o funcionamento da língua oral praticada em diferentes épocas — sobretudo naquelas em que os meios tecnológicos e/ou as conjunturas sociais não favoreciam o registro de conversações espontâneas.

Em relação aos tratamentos, outro aspecto relevante advoga em favor dos textos literários. Nas palavras de Preti:

Como as formas de tratamento constituem uma convenção estabelecida no sistema de comunicação social, a reprodução na literatura corresponde quase sempre a um dos momentos de maior integração entre a ficção e a realidade. Um escritor dificilmente imaginaria criar um diálogo em que as personagens se tratassem diferentemente da

¹ As citações referentes ao texto de Tannen e Lakoff são produto de uma tradução por nós realizada.

realidade da época em que vivem. [...] Seria um insuportável índice de inverossimilhança. (2004, p. 189)

No que se refere aos tratamentos, podemos mesmo afirmar que a literatura se transforma, em não raros casos, em documentos históricos. De modo muito consciente, Robinson (1977, p. 117) declara que onde “sociedades letradas hajam preservado sua história, é fácil rastrear o uso de formas de tratamento, especialmente nos diálogos de suas peças e em outras produções literárias”.

Feitos esses esclarecimentos, devemos explicar, ainda, que, mesmo se tratando de um *corpus* de segunda mão, o diálogo de ficção escolhido será analisado, neste artigo, como se se tratasse da transcrição de um diálogo natural. Isso quer dizer que, sabidas as limitações, tentaremos, ao máximo, aproximar a análise da conversação literária selecionada da análise de uma transcrição de conversação natural. Trabalharemos como se fôssemos uma *audiência silenciosa* do diálogo, no qual não tomaremos parte, apesar do pleno conhecimento de sua situação de interação — revelada, seja pela fala das personagens, seja pelas colocações do narrador (cf. PRETI, 2005). Assim sendo, a análise da qualidade literária do conto de Plínio Marcos estará completamente excluída deste trabalho, isto é, não entraremos no mérito estético-literário do texto.

Para um estudo satisfatório do diálogo literário, seguiremos a sistematização proposta por Preti (2004, p. 121), a qual compreende dois níveis de análise:

- a) *macroanálise*: em que se consideram elementos extralinguísticos, tais como: o *contexto histórico e geográfico* do texto e as *características socioculturais* (grau de escolaridade, profissão, posição social etc.) e *psico-biológicas* (faixa etária, sexo, tipo psicológico etc.) das personagens;
- b) *microanálise*: em que se estudam as “informações trazidas pela *situação interacional*, que compreende todos os elementos pragmáticos que acompanham as falas e que geram contrastes como proximidade/afastamento, clareza/ocultação, poder/submissão, etc., além das estratégias conversacionais empregadas pelos interlocutores durante o diálogo”.

Para a análise que realizaremos, serão considerados aspectos desenvolvidos, sobretudo, por teorias da Sociolinguística Interacional. Eventualmente, elementos da Análise da Conversação poderão fazer-se presentes.

2. Considerações teóricas

Seres sociais, os homens se constituem em sua relação com os outros homens. Obrigatoriamente inscritos numa sociedade, os indivíduos participam de um ou de vários grupos sociais, nos quais ocupam posições determinadas pelas relações que estabelecem com os outros membros do(s) mesmo(s) grupo(s).

Admitindo-se que nossa simples existência já nos inclui em um grupo social mínimo, qual seja: nossa família (pai, mãe e avós), podemos afirmar que, mesmo tendo decidido isolar-se de um convívio social amplo, todo e qualquer indivíduo inscreve-se socialmente em, ao menos, um grupo e ocupa aí, ao menos, uma posição: a de filho, por exemplo. Podendo, porém, os indivíduos pertencer a vários grupos, podem, eles, também, ocupar várias posições na sociedade. Assim, poderá, um sujeito, ser o pai, na família; o síndico, no prédio; o gerente, na loja; o cliente, no restaurante; o goleiro, no time de futebol;

o crente, na Igreja. De acordo com Preti (2004, p. 180), a “essas posições sociais definidas do indivíduo no grupo costuma-se chamar *status*”.

Segundo o mesmo autor, um *status* pode ser atribuído ou adquirido. No primeiro caso, a sociedade — em função de sexo, idade, raça, classe social, religião etc. — é quem estabelece uma série de condutas, obrigando os indivíduos, queiram estes ou não, ao exercício de tais comportamentos para a perfeita representação de um dado *status*. Os nobres das sociedades antigas são um bom exemplo de *status* atribuído. No caso do *status* adquirido, o próprio indivíduo, por seu empenho, mérito ou pela competição com outros, é quem conquista o *status*, na maioria das vezes, por ele almejado. É o caso, por exemplo, dos cargos eletivos e dos profissionais liberais (cf. PRETI, 2004, p. 180-181).

Seja ele atribuído ou adquirido, a cada *status* corresponde um conjunto de regras a que se deve obedecer. Bastante amplas, tais regras compreendem desde padrões de posturas éticas e aspectos relacionados à apresentação física do indivíduo (aparência, vestimentas etc.) até a própria linguagem por ele empregada no desempenho de suas funções sociais. A esse conjunto de normas relativas a cada *status* dá-se o nome de *papel social* (cf. PRETI, 2004, p. 181). Nas palavras de Robison (1977, p. 114), *papel* “é termo comumente usado com várias definições, mas via de regra refere-se ao conjunto de comportamentos prescritos para (ou esperáveis de) uma pessoa que ocupe certa posição na estrutura social”.

O conjunto de regras a que se vincula o conceito de *papel* implica, no âmbito social, a expectativa de cumprimento de tais regras, seja por parte daquele que exerce um determinado papel, seja por parte dos que se relacionam com ele quando do desempenho desse papel. Assim, Goffman afirma:

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Consequentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. Implicitamente também renuncia a toda pretensão de ser o que não aparenta ser, e portanto abre mão do tratamento que seria adequado a tais pessoas. (2005, p. 21)

Diretamente relacionados à estrutura da sociedade e à participação dos indivíduos em grupos, os papéis sociais podem, pois, organizar-se de diferentes modos, em diferentes épocas e em diferentes sociedades. Sociedades marcadamente estratificadas e com maior rigidez com relação à separação de classes tendem a apresentar *status* e, por consequência, papéis sociais bem definidos e com pouca mobilidade. Por outro lado, sociedades socialmente mais democráticas tendem a apresentar maior flexibilidade com relação a *status* e papéis sociais, ocupando, geralmente, um mesmo indivíduo, diversas posições e podendo, ele, portanto, transitar por diferentes *status*:

Nas sociedades contemporâneas, a multiplicidade de atividades gera um maior número de papéis sociais exercido por um mesmo indivíduo. (...) Com isso a definição de um papel social se torna mais difícil, exigindo uma diversidade de comportamentos, os quais podem, a qualquer momento, entrar em conflito. (PRETI, 2004, p. 182-183)

Conforme foi dito anteriormente, a linguagem é um elemento fundamental para a representação social do indivíduo. Robinson chega mesmo a afirmar que uma das funções da linguagem é justamente a de definir relações entre papéis sociais (cf. 1977, p. 114). Assim sendo, nas sociedades contemporâneas, onde, de acordo com Preti (2004), “a definição de um papel social se torna mais difícil”, a linguagem ganha, pois, importância preponderante.

Relevante marca do *status* de um falante, a linguagem e, por conseguinte, as variações linguísticas oferecem preciosos indícios para a identificação dos papéis sociais e das relações que se estabelecem entre eles:

o ouvido treinado e a mente bem-informada podem ser capazes de identificar outra pessoa com rapidez suficiente para tomar uma decisão sobre se deva encorajar ou desencorajar maiores interações. No jargão próprio: em qualquer encontro entre participantes, os traços linguísticos usados podem definir a natureza e o estado de sua relação entre papéis. (ROBINSON, 1977, p. 115)

Frequentemente, quando nos engajamos numa conversação, isso fazemos com algumas intenções previamente determinadas. Ora desejamos pedir um favor ou solicitar uma ajuda; ora buscamos agradecer ou retribuir uma gentileza; ora pretendemos comprar ou vender algo; ora desejamos comprovar nossa eficiência no exercício de uma atividade; ora pretendemos conquistar a amizade ou o respeito de alguém etc. Para a satisfatória obtenção dos objetivos desejados, ou mesmo para que a interação conversacional possa, de fato, ocorrer, temos de estar atentos a todos os elementos que possam atuar nessa conversação. Assim, saber a quem vamos falar e de que modo devemos nos expressar, por exemplo, revela-se um elemento determinante para o êxito pretendido. O bom uso da linguagem e, no que diz respeito a ela, a adequação do emprego das formas de tratamento figuram como aspectos essenciais para o desenvolvimento da interação.

Desse modo, acreditamos que, referentemente à linguagem e à sua relação com papéis sociais, merece especial destaque o estudo das formas de tratamento. De acordo com Kerbrat-Orecchioni, as formas de tratamento englobam um conjunto de expressões de que o usuário da língua dispõe para designar seu interlocutor (apud SILVA, 2003, p. 169-170). Robinson, porém, designa as formas de tratamento como “aquilo de que uma pessoa chama a outra e o que isso significa” (1977, p. 116, grifo nosso). A definição de Robinson acrescenta uma dimensão social àquilo que Kerbrat-Orecchioni define em termos linguísticos. Como ao presente trabalho interessa, sobretudo, a relação entre tratamentos, *status* e papéis sociais, privilegiaremos a definição de Robinson.

Seguindo a categorização proposta por Preti,² podemos afirmar que, em língua portuguesa, o sistema de tratamentos organiza-se da seguinte maneira:

1) por formas pronominais, ou seja, pelos pronomes pessoais (*tu, vós*); 2) por formas pronominalizadas, isto é, com valor de pronomes pessoais (*você, o senhor, Vossa Excelência, Vossa Senhoria* e suas variações); 3) por formas nominais, constituídas por nomes próprios, prenomes, nomes de parentesco ou equivalentes, antecédidos de artigo,

² A despeito de nossa escolha, devemos esclarecer que outras e distintas categorizações foram também propostas para o sistema de tratamentos em língua portuguesa. Veja-se, por exemplo: SILVA, Luiz Antônio da. Tratamentos familiares e referência dos papéis sociais. In: PRETI, Dino (Org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas Publicações, 2003. p. 169-194.

uso praticamente restrito ao português de Portugal ou, ainda, por uma grande variedade de nomes empregados como vocativos ou formas de chamamento. (2004, p. 184-185)

A opção por uma dessas formas de tratamento pode estar relacionada a uma série de fatores: intimidade, afetividade, solidariedade, respeito, reverência, hierarquia, poder etc. Mas, é evidente que tal opção não é aleatória. Os tratamentos são a expressão linguística das estruturas que regem as sociedades. Portanto, seu emprego depende menos do sistema linguístico propriamente dito que do modo como a sociedade está organizada:

Normalmente, as sociedades estão divididas hierarquicamente, por isso o tratamento que recebe um membro da sociedade depende do papel que desempenha e de suas características: idade, sexo, posição familiar, hierarquia profissional, grau de intimidade, etc. Sendo assim, cada qual deve tratar o outro de acordo com as posições relativas que ambos ocupam na escala social. É considerado descortês o fato de uma pessoa se dirigir a um superior hierárquico com excessiva familiaridade. Caso esse fato ocorra, o superior poderá imaginar que o interlocutor deseja algum favor ou que, habitualmente, transgredir as normas sociais. Da mesma forma, é inadequado dirigir-se a um amigo íntimo de maneira formal. Se de fato ocorrer, pode ser um claro sinal de desejo de distanciamento da relação amistosa ou de artificialidade no comportamento social. (SILVA, 2003, p. 173-174)

Nas relações que envolvem *status*, é preciso que se tenha em mente que não se passa de um tratamento marcadamente formal para outro mais informal, e vice-versa, sem que isso traga implicações às relações interpessoais e aos papéis desempenhados pelos indivíduos. Isso porque todas as sociedades hierarquizadas tendem a preservar normas que individualizam e separam as classes.

Baseando-se nos estudos de Brown, Robinson (1977) afirma poder-se pensar numa polarização da sociedade em torno de dois eixos: o *poder* e a *solidariedade*. Regendo as relações entre os homens, seus *status* e seus papéis sociais, esses elementos — apresentados a partir das noções de *semântica do poder* e *semântica da solidariedade* — seriam também os responsáveis pela organização das formas de tratamento e, em parte, pelas escolhas que os indivíduos delas fazem.

Referentemente aos tratamentos, podemos dizer que o *poder* manifesta-se, sobretudo, pelo uso não recíproco e assimétrico das formas de tratamento. Tais usos são mais esperados em situações em que as relações, hierarquicamente marcadas, envolvem direitos e deveres diferenciáveis, com notável desequilíbrio de poder entre os indivíduos (cf. ROBINSON, 1977, p. 123). A *solidariedade*, por sua vez, associa-se ao uso recíproco e simétrico dos tratamentos, em situações em que as relações se pautam pela igualdade, pela familiaridade, pela intimidade.

O português do Brasil apresenta um sistema dual³ para as formas de tratamento, do qual participam, atualmente, as formas pronominalizadas: *o senhor/a senhora* e *você*. Este usado em relações íntimas e informais; e aqueles, em relações formais que demandem algum tipo de distância (sexo, idade, hierarquia profissional etc.). Assim, no Brasil, as

³ Aqui, devemos fazer uma ressalva. Mesmo que restrito quase exclusivamente às formas oblíquas *te* e *ti* em grande parte do território nacional, o *tu* ainda coocorre com o *você* em determinadas regiões do Sul e do Nordeste brasileiros, essencialmente.

semânticas do poder e da solidariedade traduzem-se, pois, respectivamente, pelo emprego assimétrico das formas o senhor/a senhora *versus* você; e pelo emprego recíproco de você.

Mas, Preti acrescenta:

Na expressão das relações de poder podem ser incluídas todas as formas pronominalizadas, com exceção de *você*: *vossemecê*, *o senhor*, *a senhora*, *a senhora Dona*, *o senhor Dr.*, *o cavalheiro*, *V.Exa.*, *V.Sa.*, *o Deputado*, etc. Elas representam variações de respeito, hierarquia e são usadas de conformidade com o *status* atribuído ou adquirido dos interlocutores(...)

A expressão da solidariedade e dos vários graus de intimidade entre os falantes, com todos os seus elementos afetivos, está bem documentada nos vocativos e representada pelas formas nominais. Nelas se incluem o primeiro e o último nome dos falantes; os diminutivos e apelidos com que é tratado; as formas que o designam, como *homem*, *mulher*, *amigo*, *primo*, *menino*, *rapaz*, *meu rico senhor* e tantas outras. (2004, p. 187-188)

No que diz respeito às escolhas pelo *poder* ou pela *solidariedade*, Robinson (1977, p. 118) afirma que “a semântica da solidariedade tem prevalecido sobre a semântica do poder”. Com o fim da Segunda Grande Guerra, o mundo passou a experimentar uma maior abertura nas estruturas sociais, permitindo uma maior e mais acentuada flexibilidade no que se refere à hierarquia. Essa flexibilidade motivou, sem dúvida, modificações no sistema de tratamentos, visto que estes tendem sempre a refletir a organização social da época em que são empregados (cf. SILVA, 2003, p.175-176).

A *solidariedade*, hoje, estende-se enquanto o *poder* perde cada vez mais espaço. Nos tratamentos, predomina, então, o emprego de formas indicativas de igualdade, intimidade e proximidade em detrimento de formas que marcam poder e distância. Isso não quer dizer, porém, que as forças hierarquizadoras que regulam a vida social tenham sido abolidas. Persiste ainda, nas sociedades, uma série de comportamentos políticos, econômicos, culturais e linguísticos capazes de impor relações altamente desiguais e discriminatórias. É o que veremos no exemplo oferecido pelo conto selecionado.

3. A macroanálise de *O Paulão e o Paulinho*

No conto selecionado, não encontramos informações precisas a respeito do contexto histórico-geográfico em que se situa o evento interacional que analisamos. Sabemos apenas que a interação se dá “num boteco”, “ali na Barra do Catimbó”, provavelmente entre as décadas de 1960 e 1970.⁴ Tal restrição de dados não parece, contudo, ser um empecilho ao estudo que pretendemos realizar, visto que o que sabemos a respeito das características das personagens que participam da interação minimiza, segundo acreditamos, essa ausência de informações.

Dentre esses participantes, dois merecem destaque: o Paulão e o Paulinho. Muito diferentes, essas duas personagens apresentam características que, como se verá a seguir, serão determinantes para o tipo de interação que entre elas se vai desenvolver:

⁴ O que nos permite fazer essa suposição é o conhecimento do ano de publicação original da obra, 1973, aliado ao conhecimento que temos sobre uma das mais importantes características da escrita de Plínio Marcos: ele foi um artista que pretendeu ser o “repórter” da gente de sua época.

- (01) O **Paulinho** era franzino, por isso mesmo não se assanhava muito ali na Barra do Catimbó. A curriola da pesada não dava colher de chá pra ninguém, e o Paulinho não tinha saúde pra escorar as rebarbas diante de tanto valente que se juntava nas bocas esquisitas. Não se metia em enguiço de espécie alguma. Não discutia futebol, não mexia com mulher, nem nada. Cozinhava o galo em fogo lento. Se entrava num boteco, era só pra comprar cigarro e cair fora. Não marcava bobeira. Já o **Paulão**, ao contrário do Paulinho, era grandalhão, boca-dura, metido a bravo, a fazer e acontecer. Sua figura impunha respeito. E ele era metido a ganhar os salseiros no berro. Com o Paulão, era tudo na força bruta. Atucanava a vida das mulheres casadas, esculachava os maridos, que, ofendidos, resolviam tirar satisfação. Pintava e bordava, sem tomar conhecimento de ninguém. E não saía dos botecos. Se plantava num deles e ficava o dia inteiro perturbando. (MARCOS, 2004, p. 149 – grifos nossos)

Paulão e Paulinho, que não se conheciam, encontram-se pela primeira vez numa “espelunca” e, em função da coincidência de seus nomes e da discrepância entre suas figuras, iniciam uma conversação. Paulão, com seu tipo que “impunha respeito”: “grandalhão, boca-dura, metido a bravo”, é quem primeiro dirige a palavra a Paulinho, tomando, assim, a iniciativa de estabelecer a interação. Paulinho, franzino e não afeito a confusões, aceita participar da conversação menos por vontade do que por medo ou respeito.

Ao longo de todo o evento interacional, Paulão, descontente com a coincidência de nomes e com a discrepância de figuras, vale-se de suas características para exercer seu poder com relação ao outro participante. Assim, não só toma a iniciativa de estabelecer a interação e de decidir sobre o tema em torno do qual se desenvolverá o evento conversacional, como, também, em função desse tema — a coincidência dos nomes e a discrepância das figuras —, julga-se no direito de humilhar, ofender e ridicularizar verbalmente seu interlocutor. Revelam tais ofensas, dentre outros elementos linguísticos, as formas de tratamento que Paulão dirige a Paulinho: *vagau, pilantra, meu bem, Paulinho delicadinho* — os dois últimos empregados com marcada ironia.

Paulinho, por sua vez, também em função de suas características, coloca-se, desde o início, em posição de submissão com relação a seu parceiro. Assim, aceita, temeroso, a solicitação que o outro faz para que participe da conversação, acata o tema escolhido, submete-se às injúrias que seu interlocutor lhe dirige e, ainda, tem de aceitar a decisão do outro sobre a continuação ou o encerramento do evento interacional. Veja-se o exemplo a seguir, em que, após ser humilhado por Paulão, Paulinho busca pôr um fim à interação:

- (02) O nanico, imprensado naquele chaveco tihoso, só queria dar pinote. E tentou:
— Dá licença, preciso ir andando.
Ouriço, o Paulão se invocou:
— Tu vai quando eu mandar. (MARCOS, 2004, p. 151)

Por educação ou por medo, Paulinho dirige-se de forma respeitosa a Paulão, empregando tratamentos como: *o senhor, Seu Paulão*. Apenas num segundo momento da interação, que corresponde ao segundo encontro das personagens, Paulinho, motivado por significativas mudanças no quadro interacional, dirige-se de outro modo a seu interlocutor. Disso, porém, trataremos no próximo item deste artigo.

Ainda no que se refere às formas de tratamento, podemos dizer que as alcunhas *Paulão* e *Paulinho* traduzem linguisticamente as características das duas personagens. O aumentativo, engrandecedor em sua constituição, reforça as características de Paulão: força, coragem, liderança etc. E o diminutivo, por sua vez, geralmente atrelado à noção

de tamanho pequeno, reflete, também, os predicados de Paulinho: franzino, nanico, medroso, submisso etc.

Marcadamente conflituoso, o evento interacional que analisamos reflete, em grande parte, o conflito existente entre as personalidades de seus participantes. Contudo, em muitos e decisivos momentos, são as condições da própria situação de interação que delineiam o tipo de relação estabelecida entre os participantes. Sobre isso, falaremos na microanálise apresentada a seguir.

4. A microanálise de *O Paulão e o Paulinho*

Podemos dizer que a interação analisada compreende dois momentos distintos, que correspondem, respectivamente, ao primeiro e ao segundo encontro das personagens Paulão e Paulinho.

No primeiro momento, as personagens, que não se conhecem, encontram-se pela primeira vez numa “espelunca”. Motivado pela coincidência de seus nomes, o forte e respeitado Paulão inicia uma conversa com o franzino Paulinho, cujo tipo físico e cuja personalidade em nada agradam aquele. A coincidência de seus nomes e a discrepância entre suas figuras irritam profundamente Paulão, que alega envergonhar-se de “ter um frouxo como xará”. Em função disso, instaura-se uma conflituosa interação em que Paulão, valendo-se de seus atributos físicos e do prestígio de que dispunha com seus colegas, humilha e ameaça verbalmente seu interlocutor, exigindo que Paulinho mude ou de nome ou de bairro. Este, com medo e inseguro, abandona derrotado o “boteco” e a interação.

No segundo momento, no mesmo “boteco”, o reencontro das personagens se dá, porém, em condições diferentes. Agora, portando uma arma de fogo, o franzino e inseguro Paulinho ganha força e coragem. Assim, às humilhações a que Paulão insiste em submetê-lo, Paulinho responde com a ameaça do revólver. Por fim, o conflito, inicialmente verbal, culmina com uma fatal agressão física. Paulinho, de posse da arma e do *status* que com ela adquire, vence o conflito com Paulão, acertando-lhe “três balas certas”.

Partindo desses dois distintos momentos, passaremos ao estudo das formas de tratamento aí empregadas, buscando verificar em que medida elas refletem os papéis sociais e os conflitos das relações que se instauram entre as personagens.

- (03) [primeiro encontro entre Paulão e Paulinho]
Foi num boteco que o Paulinho e o Paulão se cruzaram o e esquinapo se deu. Tudo começou de sarro. O Paulinho entrou pra comprar cigarro e o dono da espelunca, sem saber da fria em que ia meter o freguês, deu um alô até simpático:
— Como vai, Seu Paulinho? Tudo bem?
Homem de poucas palavras, o nanico sorriu e só respondeu por educação:
— Vai-se indo.
Pagou o cigarro e ia seguir seu caminho quando recebeu uma dura do Paulão:
— **Tu** também é Paulo, **vagau**?
Sem perceber que a zorra estava encarnando, o Paulinho encabulou e deu uma pala:
— Por quê? **O senhor** também é?
O grandalhão azedou com a pergunta do nanico:
— Eu te perguntei e quero saber. **Tu** é Paulo ou não?
Vendo que aquele quás-quás-quás ia engrossar, o dono do boteco meteu o bedelho:
— Se acanha, Paulão. Deixa o teu xará em paz, que ele é boas pedras.
Na verdade, o único que podia falar à vontade com o valentão era o dono da espelunca. Paulão tolerava o pinta por estar devendo uma sonora grana no boteco. E, diante do pedido, maneirou:

— Mas que é que há? Num tem bronca. Só quero saber como o **vagau** se chama. Como **tu** se chama, **pilantra**?

Amarelo de medo, tremendo nas bases, o nanico murmurou:

— Paulinho

Aquele chiado foi um barato pro grandalhão. Ele achou um sarro a forma com que o nanico se apresentou. De gozação, se botou a imitar e a ridicularizar o xará:

— Ai, ai! Eu sou o **Paulinho, Paulinho delicadinho**. Ai, ai!

Claro que quem estava de botuca ligada no lance se divertiu. Um pouco porque a expressão do nanico era cômica, outro pouco pra puxar o saco do valentão. Todos gostavam quando o Paulão arrumava um esparro novo. Era um sossego pros demais. Ele pegava no pé da vítima e esquecia os outros. E, por essas e outras, deram força pro grandalhão, que, sentindo que estava agradando, se esbaldava:

— **Paulinho, meu bem, tu é uma gracinha**.

O nanico, impensado naquele chaveco tihoso, só queria dar pinote. E tentou:

— Dá licença, preciso ir andando.

Ouriço, o Paulão se invocou:

— **Tu** vai quando eu mandar.

Quase chorando, o Paulinho pediu arreglo.

— Por favor, **Seu Paulão**, eu tenho que ir.

Pro batusquela metido a bravo, educação é covardia. Por isso, a atitude de Paulinho só servia pra irritá-lo. E, sem cerimônia, avacalhou o xará:

— **Paulinho**, eu vou te deixar ir. Só que **tu** tem que se mancar de uma coisa. **Tu** é a vergonha dos Paulos. E eu não quero aqui nesse pedaço nenhum frouxo com o meu nome. Pode ir. Mas **tu** tem uma semana pra mudar de bairro ou de nome.

E, antes que o nanico chiasse, o grandalhão selou:

— Se daqui a uma semana eu te ver por aqui, vou querer olhar teus documentos. Se **tu** ainda se chamar Paulo, te arreberto de pancada. Agora, te arranca da minha frente. (MARCOS, 2004, p. 149-151 – grifos nossos)

Nesse primeiro encontro, a tensão e o conflito existentes entre as personagens são claramente marcados pelo uso não recíproco que fazem das formas de tratamento. Enquanto Paulinho vale-se, exclusivamente, de tratamentos respeitosos para se dirigir a Paulão: *o senhor* e *Seu Paulão*; este emprega, não apenas formas que revelam elevado grau de proximidade e informalidade: *tu* e *Paulinho*, como, também, formas injuriosas e depreciativas: *vagau*, *pilantra*, *meu bem*, *Paulinho delicadinho* — essas duas últimas empregadas com marcada ironia, conforme já dissemos anteriormente.

Referentemente aos tratamentos empregados por Paulinho: *o senhor* e *Seu Paulão*, podemos dizer que essas formas pronominalizadas são por ele empregadas, primeiramente, com o intuito de marcar sua polidez e sua falta de intimidade com relação a seu interlocutor, visto que eles jamais se haviam encontrado antes.

Dadas, porém, as características individuais das personagens — Paulão: grande, forte, corajoso; Paulinho: pequeno, franzino, medroso —, podemos supor que, mais que qualquer outra coisa, os tratamentos dispensados a Paulão revelam o respeito de Paulinho para com a figura de seu interlocutor, uma figura que, aliás, “impunha respeito”. Certamente, desde que o viu, Paulinho, pelo tipo físico e pela postura de Paulão, reconheceu nele alguém que merecesse respeito. As formas de tratamento que emprega explicitam, pois, esse reconhecimento.

Assim, logo que Paulão o inquirir (*Tu também é Paulo, vagau?*), mesmo tendo recebido o íntimo e informal pronome *tu*, acompanhado da forma nominal vocativa *vagau*, Paulinho não se sente à vontade para responder a seu interlocutor no mesmo nível de informalidade. Responde-o, então, com o respeitoso *o senhor*, com o qual eleva a condição de Paulão, colocando-se a si próprio, por consequência, em posição inferior à daquele, visto que não exige que o mesmo tratamento respeitoso lhe seja dirigido.

Avançada a interação, amplia-se a tensão entre os participantes. Em nítida desvantagem, “quase chorando”, Paulinho clama: *Por favor, Seu Paulão, tenho que ir*. No quadro interacional, esse tratamento (*Seu Paulão*) soa ainda mais respeitoso do que o primeiro (*o senhor*); o que se pode comprovar pela intervenção sequencial do narrador: *Pro batusquela metido a bravo* [Paulão], *educação é covardia*.

O respeito vinculado à forma de tratamento *Seu Paulão* soa excessivo, pois é empregado por Paulinho após ele já ter recebido uma série de tratamentos desrespeitosos por parte de Paulão (*vagau, pilantra, meu bem, Paulinho delicadinho*). Assim, para este último, mais do que educação, o emprego de *Seu Paulão* conota covardia. Esse tratamento confirma a fraqueza de Paulinho, afinal, mesmo tendo recebido de seu interlocutor tratamentos bastante depreciativos, insiste em tratar Paulão, certamente por medo, de forma respeitosa.

No que se refere aos tratamentos usados por Paulão para se dirigir a Paulinho, merece destaque o emprego do pronome *tu*.⁵ Empregado em situações informais, por parceiros com algum grau de intimidade, o *tu* é, por excelência, o tratamento da solidariedade. No evento interacional de que tratamos, o *tu* empregado por Paulão reflete, porém, antes a ausência de um tratamento respeitoso que solidariedade.

Em verdade, ao tratar por *tu* alguém que acabou de conhecer, com quem não tem nenhum vínculo, nenhuma intimidade, Paulão revela não sua solidariedade, mas sua falta de consideração por Paulinho. Este, provavelmente em decorrência de seu tipo físico e de sua postura, é, para aquele, alguém que não merece respeito, não merecendo, portanto, o emprego de formas respeitosas de tratamento. Desse modo, o *tu* figura, na relação entre Paulão e Paulinho, como uma forma de aquele revelar seu desprezo por este.

Sim, é verdade que com o emprego do pronome *tu*, Paulão aproxima-se de Paulinho. Nesse caso, porém, o *tu* funciona não como uma forma de intimidade, mas como uma forma de intimidação. Esse tratamento revela o poder que Paulão exerce ou pretende exercer sobre seu interlocutor, revelando, pois, não a igualdade, mas o desequilíbrio de suas relações.

Esse desequilíbrio confirma-se, também, pelas outras formas de tratamento empregadas por Paulão. As formas nominais populares: *vagau* — forma reduzida de *vagabundo* — e *pilantra*, são bastante depreciativas e colaboram para traduzir o desprezo do “grandalhão” pelo “franzino”.

No que diz respeito ao tratamento *Paulinho delicadinho*, os dois diminutivos, falsamente amistosos, são usados com o intuito de humilhar o interlocutor. Empregado em oposição ao aumentativo (*Paulinho* versus *Paulão*), no evento interacional que estamos estudando, o diminutivo funciona como uma forma de acentuar as desigualdades entre os interlocutores. Além disso, no tratamento *Paulinho delicadinho*, existe uma clara intenção de estigmatizar a personagem, visto que, popularmente, o adjetivo *delicado* é associado à figura feminina.

Essa mesma intenção está também presente na forma nominal *meu bem*. *Meu bem* é um tratamento bastante comum na intimidade de casais. Assim, quando Paulão debocha: *Paulinho, meu bem, tu é uma gracinha*, como, evidentemente, o “grandalhão” é “macho”, cria-se uma insinuação de feminilidade à figura de Paulinho.

⁵ No conto analisado, faltam informações que nos permitam justificar a opção do autor pelo pronome *tu* em detrimento da forma pronominalizada *você*, cujo uso predomina no português do Brasil.

Possuindo o mesmo nome, Paulão acredita que ele e Paulinho pertençam também a um mesmo grupo: o grupo dos homens que se chamam Paulo. Paulão atribuiu a esse grupo de indivíduos o *status* que ele próprio adquiriu entre seus colegas. Entre os colegas, Paulão é o líder. A esse *status* correspondem, pois, papéis sociais relacionados a valores como: poder, força, coragem, segurança etc. Paulão é Paulão porque o aumentativo materializa em seu nome os valores que correspondem ao *status* que adquiriu entre seus colegas. Assim, para ele, a existência de um Paulo, que responde pela alcunha de Paulinho, possivelmente devido a seus atributos psicofísicos, representa uma ameaça ao *status* que ele, Paulão, adquiriu e que, por conseguinte, atribui ao grupo de indivíduos que possuem o mesmo nome que o seu.

Uma vergonha para os Paulos, Paulinho ou troca de nome ou será humilhado por Paulão, o qual toma seu “xará” por “frouxo”. Nesse primeiro encontro, partindo dessa avaliação, Paulão consegue sair vitorioso do conflito que se precipita no evento interacional. No reencontro com Paulinho, porém, o “grandão” é surpreendido e termina a interação derrotado.

(04) [reencontro de Paulão e Paulinho]

Apavorado, encostado na parede, [Paulinho] se cobriu. Saiu de casa na moita e, nas encolhas, comprou uma arma calibre trinta e oito pra se garantir. Não queria ter que usar. Mas não queria mais passar vergonha. E, com a draga na cinta, aguardou o encontro.

Por sorte do Paulinho, ou por seu azar, o encontro demorou pra acontecer. E, sempre carregando a arma, o nanico passou a se sentir mais seguro de si. Chegou mesmo a tirar de letra um fuxiqueiro que veio azucrinar com as quizilas do Paulão:

— O que é dele tá guardado. Nasci Paulinho e vou morrer Paulinho. E muita gente vai morrer antes.

E foi ganhando embalo, até que apareceu no boteco numa noite em que o ambiente estava apinhado de gente. Mal o Paulinho deu as fuças, um papagaio enfeitado alertou o Paulão:

— Oi quem tá aí.

O grandalhão não vacilou. Pediu as contas do nanico:

— Como **tu** se chama agora, **vagau**?

Sem demonstrar medo, o nanico sacou:

— Paulinho. Mas, pra ti, **grandão bobo**, sou **Seu Paulo**.

A torcida se fechou em copas. Até o mais abelhudo se trancou. Todos os presentes se flagraram que tinha linguíça embaixo do angu. E o valentão, que não esperava troco, bambeou, mas teve que falar:

— Perdeu o respeito, **nanico**? Ou esqueceu que te dei uma ordem?

Sem se afobar, o Paulinho sacou a draga e abriu o jogo:

— Tá legal, **seu canalha**. Eu também acho que tem muito Paulo nesse bairro. E um vai se mudar e já. Vai pro beleléu.

Diante da arma e da firmeza do nanico, o grandalhão caiu da panca. Pediu estia:

— Que é isso, **Paulinho**? Era tudo brincadeira. Não vai fazer besteira por um troço à-toa.

A afinada do Paulão enjoou o Paulinho e ele não teve dó. Arrebitou o grandalhão folgado. Três balas certas mandaram o valentão falar com Deus. E, depois da façanha, o Paulinho se afastou tranquilo. E continuou assim mesmo. A cana não o incomodou. Ninguém teve coragem de dedar um matador tão frio. Ficaram na tabuada do “quem faz um faz dois” e se guentaram. (MARCOS, 2004, p.152-153 – grifos nossos)

Nesse segundo momento, vemos que Paulão, por ignorar as mudanças nos papéis desempenhados por Paulinho, continua a tratá-lo do mesmo desrespeitoso modo que o fizera no primeiro encontro. Assim, para se dirigir a Paulinho, Paulão continua a fazer uso de formas de tratamentos que revelam informalidade e ausência de respeito: *tu, vagau, nanico*.

Quando do início dessa nova interação, Paulinho, porém, não é mais o mesmo de outrora. Com a posse da arma, Paulinho adquire um novo *status* — o de matador, ou de possível matador — e passa, então, a agir de acordo com esse novo *status* adquirido.

Suas ações não mais revelam medo ou insegurança; “seguro de si”, Paulinho ganha coragem, força e autoconfiança para requerer dos indivíduos que se relacionam com ele o tratamento que, agora, passa a lhe ser devido.

Desse modo, ao novo *status* de Paulinho, o *tu* a ele dispensado torna-se inadequado. Em posse de uma arma, Paulinho não pode continuar a ser tratado do modo como o era anteriormente. Primeiro, Paulinho era o indivíduo desprezado pelo grupo; agora, devia ser o indivíduo respeitado. Ciente disso, seguro e corajoso, Paulinho exige, então, que Paulão passe a tratá-lo por *Seu Paulo*.

A forma pronominalizada *Seu Paulo* traduz o novo *status* de Paulinho e marca a distância das relações requeridas por esse novo *status*. Para além da distância, tal forma ainda coloca Paulinho em posição de superioridade em relação a Paulão, sobretudo, porque a exigência de seu uso vem acompanhada de um desrespeitoso tratamento dirigido ao outro: *grandão bobo*.

Vemos, pois, que o novo *status* adquirido por Paulinho não apenas lhe dá o direito de exigir um tratamento diferenciado, como, também, permite-lhe mudar a forma de tratar seus interlocutores. Assim, das respeitadas formas dirigidas a Paulão: *o senhor* e *Seu Paulão* (exemplo 3), Paulinho passa ao emprego das depreciativas: *grandão bobo* e *seu canalha*.

Confuso com as mudanças que vinham ocorrendo na interação e ainda desconhecendo a posse da arma, Paulão insiste em tratar Paulinho de forma desrespeitosa: *Perdeu o respeito, nanico?* A despeito das indicações de Paulinho e das evidentes mudanças no desempenho de seus papéis sociais, apenas com a visão da arma, Paulão se dá conta das “falhas” cometidas no evento interacional.

Percebido o problema e ratificado o novo *status* de seu parceiro, Paulão compreende que precisa mudar a forma de se dirigir a seu interlocutor. Dos desrespeitosos e ofensivos tratamentos (*vagau, nanico etc.*) Paulão passa ao amistoso *Paulinho: Que é isso, Paulinho? Era tudo brincadeira. Não vai fazer besteira por um troço à-toa*. Nesse ponto, é preciso notar que o diminutivo, *Paulinho*, empregado nesse segundo momento da interação difere grandemente daquele empregado no primeiro momento (exemplo 3). De início, o diminutivo traduzia a nítida intenção de humilhar e ridicularizar Paulinho, permitindo a Paulão exercer poder sobre seu interlocutor. Agora, porém, Paulão pretende que o diminutivo funcione como uma forma de aproximá-lo de Paulinho. Aqui, confirma-se, pois, a afirmação de Robinson (1977, p. 125): “há variação possível no comportamento associado a uma única forma de tratamento”. Ou seja, uma mesma forma de tratamento pode ora indicar solidariedade, ora indicar poder.

Percebendo que a interação encaminha-se para um conflito que pode ser fatal, Paulão vale-se do amistoso diminutivo *Paulinho*, não para exercer seu poder, mas para manifestar sua solidariedade para com seu interlocutor, esperando, com isso, ser retribuído com a mesma solidariedade.

Seguro e confiante, Paulinho não se intimida com a repentina mudança do tratamento recebido. De arma em punho, desempenha seu novo papel como se deve; com três tiros, mata Paulão, comprova sua força e seu poder, ratificando, assim, seu novo *status* diante de todos.

5. Considerações finais

Com a análise apresentada, pretendemos explicitar de que modo o emprego das formas de tratamento se relaciona com os *status* e os papéis sociais dos participantes do evento interacional selecionado, esclarecendo em que medida esses tratamentos traduzem as tensões da situação de interação exemplificada no conto *O Paulão e o Paulinho*.

Marcadamente conflituoso, o evento interacional analisado revelou-se bastante rico para o desenvolvimento dos estudos pretendidos. Por meio dele, verificamos, por exemplo, que o uso que os interlocutores fazem das formas de tratamento pode traduzir, com muita clareza, praticamente todos os movimentos e mudanças que se operam no quadro interacional. Vejam-se, por exemplo, as diferenças existentes entre os tratamentos empregados no primeiro momento da interação — primeiro encontro entre Paulão e Paulinho — e aqueles empregados no segundo momento — reencontro das personagens.

A inversão do domínio/poder que se dá entre os interlocutores (primeiramente, é Paulão que detém o poder e quem controla a interação; depois, com a posse da arma, é Paulinho quem exerce essa função) deixou-nos evidente a intrínseca relação existente entre formas de tratamento, *status* e papéis sociais. Paulão, que, em princípio, obteve sucesso com os desrespeitosos tratamentos dirigidos a Paulinho, acabou morto por perceber tarde demais as mudanças processadas nos papéis sociais de seu parceiro de interação. A não-adequação de sua linguagem à nova condição de seu interlocutor foi decisiva para o fatal desfecho de Paulão.

Pelo evento interacional analisado, constatamos, ainda, que determinadas formas de tratamento podem ser tanto indicadoras de relações de poder quanto indicadoras de relações de solidariedade. Tudo dependerá do contexto interacional em que se inscrevem. Essa flexibilidade de usos e sentidos revela o quão importante pode ser o conhecimento do adequado emprego das formas de tratamento. Na interação selecionada, esse conhecimento mostrou-se, aliás, determinante para a própria (não)sobrevivência do indivíduo.

Pelo que foi dito, esperamos ter podido, além de verificar os objetivos pretendidos, ilustrar, tal como defendem Tannen, Lakoff e Preti, que o texto literário pode, sim, ser um terreno bastante fértil para os estudos linguísticos que privilegiam elementos da língua oral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARCOS, P. O Paulão e o Paulinho. In: _____. *Histórias das quebradas do mundaréu*. São Paulo: Editora de Cultura, 2004. p. 149-153.

PRETI, D. O diálogo num confessionário. In: _____. (Org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005. p. 255-275.

_____. A oralidade na escrita: o diálogo de ficção. In: _____. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 117-215.

ROBINSON, W. P. Marcação das relações entre papéis. In: _____. *Linguagem e comportamento social*. Tradução de Jair Martins. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 114-129.

SILVA, L. A. Tratamentos familiares e referência dos papéis sociais. In: PRETI, D. (Org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 169-194.

TANNEN, D.; LAKOFF, R. Conversational strategy and metastrategy in a Pragmatic Theory: the example of Scenes from a Marriage. In: TANNEN, D. *Gender and Discourse*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 137-173.